

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA

**SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA NA
ILHA DE SANTO ANTÃO: O CASO DA PARÓQUIA DE NOSSA
SENHORA DO ROSÁRIO**



MARIA DE JESUS NOBRE RODRIGUES

ISE - DEZEMBRO DE 2006

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA

**SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA NA
ILHA DE SANTO ANTÃO: O CASO DA PARÓQUIA DE NOSSA
SENHORA DO ROSÁRIO**

MARIA DE JESUS NOBRE RODRIGUES

ISE – DEZEMBRO 2006

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA**

**SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA
NA ILHA DE SANTO ANTÃO: O CASO DA PARÓQUIA DE
NOSSA SENHORA DO ROSARIO**

**TRABALHO CIENTÍFICO APRESENTADO AO INSTITUTO SUPERIOR DE
EDUCAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHARELATO EM ENSINO
DE HISTÓRIA
SOB A ORIENTAÇÃO DO Dr. JOSÉ SILVA ÉVORA**

MARIA DE JESUS NOBRE RODRIGUES

SUBSIDIOS PARA A HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA NA ILHA DE SANTO ANTÃO: O CASO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Trabalho científico apresentado ao Instituto Superior de Educação, aprovado pelos membros do júri e homologado pelo Conselho Científico, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharelato em Ensino de História

O Júri

Praia aos ____ de _____ de 2007

AGRADECIMENTOS

Meu maior apreço a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu Orientador Dr. José Silva Évora, que de forma amável e incansável esteve sempre disponível, exprimo os mais sinceros agradecimentos.

A toda a minha família pelo carinho e pela força que me dispensaram.

Á Dra. Dores Morais, ao Pe. Pimenta, Pe. Imã e Pe. Zé Mário, pela documentação e informações que me forneceram.

E finalmente aos meus amigos um muito obrigada pelo incentivo.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	3
INTRODUÇÃO.....	5
I – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA IGREJA CATÓLICA EM CABO VERDE NO CONTEXTO DA EVANGELIZAÇÃO.....	8
1.1 – Surgimento e afirmação da Igreja Católica na Ilha de Santo Antão.....	13
II – A IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: ALGUMAS REFLEXÕES	21
III – A IGREJA CATÓLICA NA SOCIEDADE SANTANTONENSE.....	25
3.1 – Impacto da Igreja sobre a Comunidade.....	31
CONCLUSÃO.....	34
BIBLIOGRAFIA.....	36
ANEXOS.....	39

INTRODUÇÃO

Num mundo em permanente mudança e com uma nítida tendência para a globalização de tudo e de todos, urge trabalhar no sentido de preservar e defender a nossa cultura das “agressões globalizantes” da actualidade. E uma das formas de preservá-la passa pela valorização e promoção de algumas áreas de permanência designadamente a religião.

Não é novidade para nenhum estudioso de história que a lógica da expansão portuguesa foi ditada por motivos de ordem material mas também de ordem ideológico-missionário – o alargamento das actividades comerciais e a pretensão de alargar a fé cristã.

Nesta óptica, estudar aspectos relacionados com a religião cristã nas diversas comunidades cristãs do nosso país é um caminho fundamental para compreendermos a realidade em que vivemos e o legado de fé que os nossos antepassados nos transmitiram. Trata-se de um desafio que nós os educadores e estudiosos das ciências humanas devemos assumir pois estamos em crer que só assim podemos dar o nosso contributo, ainda que modesto, no sentido de preservar os costumes, as tradições e sobretudo os valores que através de séculos e de gerações de pessoas sedimentaram no espírito das nossas gentes e constituem fundamentos estruturantes da nossa identidade, da nossa raiz cristã e católica. Afinal é nesta atitude construtiva que a história se enaltece e conserva a sua actualidade para que o seu sentido seja sempre actual.

No trabalho que ora apresentamos, quisemos pois fazer uma tentativa de abordagem das principais questões que, de uma forma geral, se levantam à volta da Igreja Católica, tanto no seu aspecto religioso como social e com particular incidência na comunidade cristã da

Ribeira Grande, na ilha de Santo Antão. É que nenhum observador atento pode menosprezar a influência exercida pela religião sobre as expressões vitais das comunidades, particularmente nas ditas tradicionais como é o caso da ilha de Santo Antão.

A semelhança de outras partes de Cabo Verde, na Ribeira Grande, a religião católica e, conseqüentemente, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário desempenha um papel importante na estruturação da personalidade das pessoas e no controle social, com efeitos directos sobre a moral, o uso e os costumes das mesmas. Além dos tradicionais rituais relacionados com os ciclos da vida e com as diferentes práticas religiosas, os efeitos podem ser evidenciados nas relações familiares, nos rituais da morte, e mesmo nas mitologias populares. As orações que se fazem as refeições, ao se levantar e ao se deitar, ao sair de casa, as devoções e os cantos populares são também, outras manifestações desta influência que se regista em Ribeira Grande sobretudo no seio dos mais velhos e nas zonas mais rurais. Tudo isso para dizer que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário está intimamente ligada a história desta comunidade e quiçá de toda a ilha de Santo Antão.

Hoje é ponto assente que a história passou a distinguir-se da gesta dos grandes homens, especialmente quando se trata das estruturas do quotidiano nas quais se inserem as crenças religiosas dos povos. No âmbito destas estruturas, os mais pequenos acontecimentos da vida quotidiana nomeadamente os rituais religiosos, no início e no fim do dia, têm um toque de necessidade e um sentido rigoroso. Assim sendo, não podemos crer que o quotidiano não tem história, pois na verdade, os gestos de cada dia transformam-se com tudo aquilo a que estão ligados e, conseqüentemente, sofrem um evoluir histórico. Por outro lado, é importante dizer que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, para além do seu valor religioso, constitui um veículo importante de transmissão de valores tradicionais da nossa cultura, sobretudo no aspecto de solidariedade e entre ajuda; um veículo importante de transmissão da história deste concelho e suas gentes.

A finalidade deste trabalho é, além de cumprir uma exigência curricular, dar o nosso contributo, ainda que modesto, para um melhor conhecimento de uma instituição que marcou e continua a marcar profundamente o homem santantonense. A escolha do mesmo

prende-se pelas razões acima apontadas, além de razões de ordem afectiva, o facto de sermos natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, ilha de Santo Antão.

Como atrás dissemos, este trabalho enquadra-se nas exigências curriculares vigentes no Instituto Superior de Educação para obtenção do grau de Bacharelado em Ensino de História. Para a realização do mesmo adoptámos uma metodologia que se baseia em exploração de fontes sobre esta temática, consulta de obras de diferentes autores que, de algum modo, se relacionam com o tema, bem como recurso a informações de pessoas que possam nos fornecer dados ou pistas de pesquisas sobre o tema. Procuramos enquadrar o nosso objecto de estudo no âmbito da História Nova na possibilidade de pesquisar, questionar, formular hipóteses, tornando factos descritivos em elementos inteligíveis que nos conduzem a uma ideia de história voltada para o social e o mental.

O trabalho está compartimentado da seguinte forma: uma introdução, seguida de três capítulos, mais a conclusão e a bibliografia que foi utilizada. No primeiro capítulo, **“Enquadramento histórico da Igreja Católica em Cabo Verde no contexto da Evangelização”**, fizemos um breve enquadramento histórico da Igreja Católica destacando o surgimento e afirmação na ilha Santo Antão, particularmente na freguesia de Nossa Senhora do Rosário. No segundo capítulo, **“A Imagem de Nossa Senhora do Rosário: Algumas Reflexões ”**, procuramos fazer algumas reflexões acerca da Imagem de Nossa Senhora do Rosário bem como a designação Nossa Senhora do Rosário para a Igreja Católica da Povoação de Ribeira Grande. Finalmente, no terceiro e último capítulo, **“A Igreja Católica na Sociedade santantonense”**, a nossa atenção recaiu sobre o impacto da Igreja Católica sobre aquela comunidade cristã.

Esperamos ter conseguido atingir os objectivos que nortearam a realização deste trabalho e que o mesmo venha a ser um contributo à história da Igreja Católica no solo santantonense.

CAPÍTULO I

1. Enquadramento Histórico da Igreja Católica em Cabo Verde no contexto da Evangelização

*«A responsabilidade evangelizadora das ilhas pertenceu, desde o descobrimento, à Ordem de Cristo. Em 7 de Junho de 1454, doava D. Afonso V à Ordem ‘toda a espiritual administração e jurisdição’, do mesmo modo que esta a tinha em Tomar, cabeça da mesma Cavalaria, sobre todas as praias, costas, terras e ilhas, conquistadas ou a conquistar no futuro, com a expressa obrigação de mandar “prover aqueles povos que conquistados forem, de pregadores e reitores que lhes ministrem os eclesiásticos Sacramentos.” Fazia-o D. Afonso V, segundo a sua mesma expressão, “quanto com direito podemos».*¹

Esta afirmação, do padre António Brásio, mostra, na sua essência, que os objectivos da aventura expansionista não se resumiam tão-somente em motivos de ordem material, mas também de ordem ideológico-missionário: como dissemos anteriormente, o alargamento das actividades comerciais foi acompanhado pela pretensão de alargar a fé cristã às terras conquistadas.

Relativamente a Portugal, ressalva-se que havia um certo incentivo papal às iniciativas bélicas portuguesas. Para o efeito, a Coroa portuguesa e a Santa Sé assinaram um acordo que possibilitaria a materialização dos projectos dessas duas instituições. Trata-se, pois, de um acto de cooperação entre o poder temporal (a Coroa portuguesa) e o poder espiritual (a

¹ BRÁSIO, António – Descobrimento/Povoamento/Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde. Separata da Revista Studia. N.º10. 1962.

Santa Sé) na qual as duas partes se obrigavam mutuamente para a divulgação da fé cristã no mundo.

Nesta óptica, e segundo os direitos e deveres do padroado português, era da competência dos reis de Portugal a iniciativa da organização e expansão religiosa, bem como financiar as estruturas eclesiásticas nos novos espaços de além-mar, tal como existiam no quadro do reino. O padroado espiritual exercido pelos monarcas portugueses orientou e condicionou toda a política religiosa para o ultramar. O rei, na qualidade de governador e administrador da Ordem de Cristo, era responsável pela evangelização dos territórios ultramarinos²; pela apresentação para os Bispados e outros benefícios; pela edificação e conservação de templos, mosteiros, conventos; e ainda de promover a sustentação dos clérigos diocesanos. Neste caso, o padroado, com a sua função religiosa, fundia os interesses da Coroa e os da Ordem de Cristo.

Não é pois de estranhar quando Ângela Domingues faz referência as primeiras embarcações chegadas à Cabo Verde e que, à semelhança do que tinha acontecido em outras paragens na África, no Atlântico ou na América do Sul, trouxeram consigo missionários e colonos, porquanto *“as duas espadas do poder civil e do poder eclesiástico andaram sempre tão unidas (...) de modo que raramente encontramos uma a ser utilizada sem a outra.”*³

Como atrás já referimos, a Coroa portuguesa dentro dos poderes que lhe competia⁴, concedeu à Ordem de Cristo o direito do padroado e, este, desde os primórdios da ocupação até a criação da Diocese de Cabo Verde, manteve a jurisdição espiritual nas ilhas do arquipélago. A este propósito, Maria Emília Madeira Santos e Maria João Soares fazem a

² A esse respeito conferir GONÇALVES, Nuno da Silva. Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde. (1604-1642). Brotéria. Lisboa. 1996. p. 57.

³ DOMINGUES, Ângela – Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento – A Igreja em Cabo Verde. In: História Geral de Cabo Verde. Vol. I. Instituto de Investigação Científica Tropical/ Instituto Nacional de Investigação. Promoção e Património Culturais de Cabo Verde. Lisboa/Praia. 1991. p. 119, 120.

⁴ O rei de Portugal desfazia-se, a favor da Ordem de Cristo, do direito de Padroado (...). No entanto este poder concedido pelo rei de Portugal a Ordem de Cristo estava condicionado à sanção Papal: “A nós praz, porém, de notificar ao dito Santo Padre este nosso aprazimento, e de suplicar mui humildemente a sua Santidade, que a queira assim outorgar”. Mas na concessão do direito de padroado espiritual nas novas terras que as caravelas fossem descobrindo e conquistando estava o dever, expressamente declarado, da acção missionária (...): “E faça prover aqueles povos que conquistados forem, de pregadores e reitores, que lhes ministrem os eclesiásticos sacramentos”. In: BRÁSIO, António. História e Missiologia. Instituto de Investigação Científica de Angola. Luanda. 1973. p. 14, 15.

seguinte menção: “A igreja no arquipélago de Cabo Verde tem, por detrás, um complexo ordenamento jurídico-institucional que a enquadra e condiciona na sua acção. Devido a um conjunto circunstancial, essa organização normativa, que se transforma em suporte e garante ideológico da expansão, coloca o rei no fulcro da actividade missionária e evangelizadora, através do expediente da Ordem de Cristo. A partir dos meados do séc. XVI, as questões eclesiásticas dos espaços ultramarinos irão correr pelos diversos organismos da corte (Mesa da Consciência e Ordens, Conselho da Fazenda, Conselho da Índia e posteriormente Conselho Ultramarino) como se de um assunto de Estado se tratasse. Esta centralização é reforçada pela invocação recorrente nos projectos de expansão marítima da dilatação da Fé, discurso assumido como um vector político-ideológico oficial, que se confunde com a própria ocupação e organização dos espaços e sempre invocado nas cartas como principal eixo de motivação da Coroa.”⁵

Como se pode ver, a Igreja esteve presente desde o nascimento de Cabo Verde, ou seja, acompanhou a descoberta e o progressivo povoamento das ilhas e todo o evoluir histórico por que passaram. Citando Padre António Brásio, “(...) à medida que as ilhas iam sendo povoadas, a assistência religiosa, embora quase sempre precária, não deixou de acompanhar o povoamento. As igrejas iam-se levantando lentamente, custosamente e pobremente. Em 1508 estava já construída na Ribeira Grande a igreja do Espírito Santo. Em Julho de 1526 tratava-se da construção da capela-mor da igreja de Nossa Senhora na Vila da Praia de Santa Maria.”⁶

Foi a ilha de Santiago o espaço onde, por razões óbvias, terá iniciado a política evangelizadora, ainda na segunda metade do séc. XV. É o que podemos depreender, partindo da afirmação de Maria Emília Santos e Maria João Soares quando dizem que: “(...) entre as novas sedes de poder eclesiástico, contava-se Santiago de Cabo Verde. A primeira de uma série de bulas que sai da chancelaria papal no sentido de legislar esta nova situação é precisamente a bula *Pro Excellentia Praeeminentia*, de Clemente VII. Esta cria a

⁵ SANTOS, Maria Emília e SOARES, Maria João – *Igreja, Missionação e Sociedade*. História Geral de Cabo Verde. Vol. II. Instituto de Investigação Científica Tropical/ Instituto Nacional de Investigação. Promoção e Património Culturais de Cabo Verde. Lisboa/Praia. 1995. p. 361.

⁶ BRÁSIO, António – *Descobrimento/Povoamento/Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde*. In: Boletim. Cabo Verde. Ano XIV. Praia. 1963.

*nova Diocese sob o título de Santiago, com assento no pequeno burgo da Ribeira Grande, obrigando o bispo a adaptar a igreja insular à sua nova dignidade de Catedral e de aí criar um capítulo de cônegos, bem como outros benefícios eclesiásticos e de prover, em geral, à organização da sua diocese. O bispo de Santiago e seus sucessores teriam a mesma jurisdição episcopal, autoridade e poder que outro qualquer bispo da metrópole.”*⁷

Seguindo esta linha de pensamento podemos referir que, com o decorrer do tempo, Ribeira Grande tinha adquirido um certo número de características urbanas essenciais (crescimento da população, importância económica), que levou o rei D. João III a solicitar ao Papa a criação da Diocese de Santiago de Cabo Verde, com sede na Ribeira Grande. Assim, pela bula *Pro Excellenti*, a 31 de Janeiro de 1533, Clemente VII cria a nova Diocese nesta terra do ultramar e, nomeia para bispo D. Brás Neto, que, no entanto, não chegou a residir na diocese. É o que podemos depreender, partindo da afirmação de Frederico Cerrone quando diz que, *“o primeiro Bispo para esta Diocese, tomou posse em Lisboa e por lá ficou, o mesmo acontecendo a alguns dos sucessores, a tal ponto que orça por 150 o número total de anos que esta Igreja esteve órfão”*⁸.

Com a criação de Bispado para Cabo Verde, Ribeira Grande é elevada a categoria de cidade e a partir daí *“vê o seu peso político-administrativo reforçado, através da sua dotação com mais uma cobertura institucional, que abria à população deste jovem burgo novas vias de comunicação com as autoridades políticas e eclesiásticas reinóis.”*⁹ Com a nova Diocese, viria também novas estruturas urbanas, nomeadamente, a Sé e um conjunto de edifícios adjacentes, mas também um *“corpo de clérigos e dignidades, cuja criação era inerente à Diocese.”*¹⁰ De notar que, com essas alterações verificadas com a criação da Diocese, inicia-se uma nova era na vida religiosa do arquipélago. Tudo isso terá reflexo em todas as ilhas do arquipélago uma vez que a Diocese introduziu uma nova dinâmica no enquadramento religioso das populações.

⁷ SANTOS, Maria Emília e SOARES, Maria João. Religião e Sociedade numa Cidade Colonial: A Ribeira Grande da Ilha de Santiago: séculos XVI–XVII. IN: Actas do Congresso sobre a História das ilhas Atlânticas. Vol. II. Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Região Autónoma da Madeira. Funchal. 1997. p. 351.

⁸ CERRONE, Frederico – História da Igreja de Cabo Verde: Subsídios. Mindelo. 1983. p. 21.

⁹ SANTOS, Maria Emília e SOARES, Maria João. Religião e Sociedade numa Cidade Colonial: A Ribeira Grande da Ilha de Santiago. In: op. cit. p. 352.

¹⁰ Idem. Ibidem. p. 352.

Não é nossa intenção e nem constitui objecto da nossa análise dissertar sobre a cobertura eclesiástica no solo caboverdiano¹¹ mas tão somente fazer um breve enquadramento no tempo e no espaço do assunto que propusemos estudar, “A Igreja de Nossa Senhora do Rosário na Ilha de Santo Antão”.

Aproximemos, então do espaço por onde a nossa averiguação se acentua, a ilha de Santo Antão. Por razões metodológicas não incidiremos na tradicional problemática referente a descoberta, povoamento e administração dessa ilha, não obstante ser tentador ao historiador, recuar no tempo e fazer um enquadramento histórico aprofundado, qualquer que seja o assunto que pretenda estudar.

Lembrar apenas que esta ilha, localizada no extremo norte do arquipélago de Cabo Verde iniciou o seu percurso histórico por volta de 1462, ano provável da sua descoberta, pese embora não ter iniciado de imediato o seu povoamento.

Integrada no sistema de doações que vigorava na época, esteve durante mais de dois séculos na posse de donatários que usufruíam de direitos de exploração económica.

A ilha passou por vicissitudes diversas e adversas, inclusivamente chegou a ser vendida aos ingleses por um dos donatários, D. João de Mascarenhas, altura em que esteve homiziado na Inglaterra.

Como atrás referimos, uma das primeiras instituições implantada no solo cabo-verdiano foi a Igreja, porquanto a política evangelizadora dos espaços conquistados ou a conquistar constituía interesse da Coroa portuguesa. Santo Antão não fugia a regra. Ao lado da Alfândega e da Câmara Municipal, a Igreja Católica foi das primeiras instituições ali implantada, provavelmente ainda nos primórdios da sua colonização.

Enquanto Instituição que flui do passado, trás consigo uma vivência histórica importante envolvendo gentes que a sua volta congregou. Esta instituição marcou e marca, pois, profundamente a vivência dos santantonenses, no passado e no presente. É sobre ela que iremos debruçar nas linhas que se seguem.

¹¹ Sobre o assunto sugerimos a leitura de SANTOS, Maria Emília e SOARES, Maria João, “Igreja, Missionação e Sociedade”. In. op. cit. 1995.

1.1 Surgimento e afirmação da Igreja Católica na Ilha de Santo Antão

A dimensão histórica de uma instituição, além de mostrar o passado, interessa ao presente pois conhecer os motivos da sua evolução e, eventualmente dos seus momentos de crise, contribui para a sua melhor compreensão e interpretação. E, desta forma, conduzindo à formulação de um juízo sobre a sua adequação às condições sociais, económicas e políticas de cada época.

Em Santo Antão, sociedade jovem em relação a ilhas como Santiago e Fogo, de composição heterogénea, com poderes particulares servidos por clientelas, a Igreja sempre impôs-se pela sua qualidade em termos de valores, desempenhando um papel intermediário entre Deus e homens, numa comunidade fortemente marcada pelo cristianismo, e, consequentemente, onde *“a fé e o respeito devido à esfera do sagrado e o direito de asilo garantiam normalmente ao clero a inviolabilidade dos templos e de suas pessoas.”*¹²

Faz todo o sentido referir que a Igreja em Santo Antão terá surgido com os primeiros donatários da ilha. Ao que tudo indica, nas últimas décadas da segunda metade do século XVI, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi fundada, ainda no tempo de Filipe I. É o que podemos constatar partindo das afirmações de Agostinho Rocha, quando deixa entender que essa Igreja terá sido fundada por D. Francisco de Mascarenhas, o segundo donatário da ilha.

A leitura de textos de diferentes teóricos sobre esta matéria remete-nos para a possibilidade desta afirmação ser credível entre outras razões, se estabelecermos uma analogia entre essa realidade histórica e a toponímia de Povoação, Ribeira Grande. Senão vejamos. Como sabemos D. Francisco de Mascarenhas foi o conde de Santa Cruz e Orta e ainda hoje, uma das ruas mais expressiva dessa povoação é a denominada de Orta. Pensamos que esta designação encontra a sua raiz histórica desde D. Francisco de Mascarenhas, Conde de

¹² SANTOS, Maria Emília e SANTOS, Maria João. Religião e Sociedade numa Cidade Colonial: A Ribeira Grande de Ilha de Santiago: séculos XVI-XVII. In: Actas do Congresso sobre a História das Ilhas Atlânticas. Vol. II. Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Região Autónoma da Madeira. Funchal. 1997. p. 361

Santa Cruz e Orta. Por outro lado, segundo consta, nos primórdios da sua afirmação, nessa Igreja terá havido uma imagem de São Francisco Xavier no tempo de D. Francisco de Mascarenhas.

Segundo Padre António Brásio, em alvará de 3 de Agosto de 1573, o monarca pede ao provedor da Sé de Santiago que ponha na igreja de Santo Antão “*um capelão que aos fregueses dela diga missa aos domingos e festas e dias de guarda e lhes administre os santos sacramentos*”¹³. Isto nos permite deduzir que nesta época (1573), já existia na ilha um certo crescimento populacional que justificasse a implantação de uma capela ou quiçá uma Igreja, na sua verdadeira dimensão.

Apesar dos documentos não citarem, disto se apercebe numa altura em que se estabelece as freguesias quando a população assim o exigiu. Sobre este assunto, Artur Teodoro de Matos diz o seguinte: “*Nos começos do último quartel deste século há notícia de haver na ilha pároco, tesoureiro e fábrica da igreja, pagos com os dízimos, o que denota um crescimento da população. Todavia o padre viria a abandonar Santo Antão por falta do pagamento da cômgrua que o donatário continuava a não querer suportar, não obstante a provisão régia que a isso o obrigava. E numa relação dos ofícios eclesiásticos de 1696 não consta a existência de qualquer clero na ilha, nem sequer o pagamento ao padre que lá fosse confessar, como acontecia para as ilhas de S. Nicolau, Maio e Boa Vista*”.¹⁴

Como anteriormente dissemos, a semelhança das outras ilhas do arquipélago, a exploração de Santo Antão começou pelo regime de doações, que, segundo Haydée Ferro “*vigorou de 13 de Janeiro de 1538 à 7 de Agosto de 1759...*”¹⁵ No entanto, ao contrário das outras ilhas do arquipélago, a ilha de Santo Antão permaneceu fechada sobre si mesma ao longo deste período, sem grandes contactos com o exterior, uma vez que era propriedade exclusiva de uma família, a família Mascarenhas.

¹³ BRÁSIO, António. In: Monumenta Missionária Africana, África Ocidental. Vol. III. 2ª Série (1570-1600). p. 68.

¹⁴ MATOS, Artur Teodoro de. Santo Antão de Cabo Verde: Gente, Recursos e Organização do poder nos séculos XVI e XVII. In: História das Ilhas Atlânticas. Vol. II. Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Região Autónoma da Madeira. Funchal. 1997. p. 343.

¹⁵ FERRO, Maria Haydée Ferreira. Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462-1900). Instituto de Promoção Cultural. Tese. Mindelo. 1998. p. 13.

Perante tal situação, pouco se sabe sobre a história da evangelização da ilha nesta época. Porem, não obstante ter sido uma sociedade fechada sobre si mesma a mercê de uma família, tudo indica que a Igreja já era uma instituição vincada. Infelizmente o silêncio da documentação referente a este período não nos permite seguir o evoluir histórico desta instituição. Por outro lado, tudo indica que a ilha passou por outras contingências, nomeadamente, o facto de algumas autoridades da época terem mostrado “insensíveis”, relativamente a Igreja. É o caso por exemplo, da imagem de S. Francisco, segundo consta, destruída por um pároco que a terá considerado velharia¹⁶. O mesmo terá acontecido com o arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o que, como é óbvio, impede-nos de comprovar documentalmente algumas ilações relativas a esta instituição e seu impacto nesta sociedade.

Nota-se que, em Cabo Verde, desde muito cedo iniciou-se o processo de cristianização e construção de igrejas e capelas nas várias ilhas do arquipélago onde os cristãos pudessem ouvir a palavra divina. Em Santo Antão a Igreja terá passado por diversas vicissitudes até que no século XIX viria incrementar-se, altura em que chega nesta ilha o bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente.¹⁷

¹⁶ A esse respeito mandar conferir ROCHA, Agostinho. Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão. (1462-1983). Edição do autor. Patrocínio do Ministério de Educação. 1990. p. 61.

¹⁷ Numa altura em que se assiste uma incidência cada vez maior na propagação do cristianismo no nosso país, e, com a morte, em 1747 do bispo D. Frei João de Moreira, o bispado de Cabo Verde ficou vago. Situação que prolongou até a eleição para o cargo de D. Frei Pedro Jacinto Valente, em 29 de Janeiro de 1753, Freire da Ordem de Avis, natural de Évora. Após a sua eleição, seguiu para a sede da sua diocese em Ribeira Grande na Ilha de Santiago, em Abril de 1754. Em Maio do mesmo ano, chega a ilha de Santiago, e na solene entrada na diocese, aconteceu uma série de incidentes que provocou algum incómodo ao bispo. Também determinou fazer o primeiro pontifical no dia da Ascensão, altura em que havia indulgência plenária por concessão pontifícia. Entretanto, à sua casa foram muitos Cónegos pedir-lhe para adiar essa festividade, dando tempo de se mandar divulgar nas várias freguesias da Ilha de Santiago para que o povo pudesse participar no evento. Concordando com esse adiamento, o bispo foi no entanto dissuadido pelo Dr. Sindicante Custódio Correia de Matos, com o pretexto que os Cónegos o queriam fazer demorar para que o mesmo pudesse adoecer e morrer (dada a insalubridade da Ribeira Grande, propício para doenças mormente para uma pessoa como Pedro Jacinto Valente que de per si tinha uma saúde frágil e, numa altura em que se sentia uma certa urgência na mudança de capital devido a insalubridade e a presença constante dos piratas que criavam uma certa instabilidade em Santiago). Custódio Correia de Matos, que se encontrava em Cabo Verde em sindicância às ilhas do Sal, S. Nicolau e Santo Antão, ofereceu diligenciar no sentido de transportar na sua companhia, o então bispo de Cabo Verde, D. Frei Pedro Jacinto Valente para a ilha de S. Nicolau, por ser uma ilha mais saudável do que Santiago. Concordando, o bispo decidiu não alterar a data da festividade e ultimar a sua viagem para S. Nicolau, onde permaneceu até 1755, ano em que partiu para Santo Antão. Aqui passou a residir, daqui governou o bispado, de 23 de Fevereiro de 1755 até 19 de Janeiro de 1774, ano em que veio a falecer. Após a sua morte, foi sepultado em frente da Ermida de Nossa Senhora da Penha de França por assim

Ao que tudo indica este bispo terá diligenciado no sentido de proceder a transferência da Sé Catedral para Santo Antão, neste caso a ser incorporada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Para justificar tal procedimento, afirmava ter promessa de Sua Majestade de mudança da Sé Catedral para Santo Antão.

Numa carta endereçada ao rei D. José I, o bispo começou por justificar a sua posição relativamente a transferência da Sé Catedral, argumentando a questão de sua saúde que era frágil e que os “*maus-ares*” da Ribeira Grande de Santiago seriam para ele “*morte certa*”. Acrescentou ainda: “(...) que *os filhos da ilha de Santiago eram soberbos e incorrigíveis. Que seria conveniente a mudança do Governo eclesiástico para Santo Antão e do secular para S. Nicolau, porque em Santiago com a assistência do Governador se fazia os moradores ricos e por isso soberbos; Que reconhecia não ter Santo Antão portos, porém, que tinha S. Vicente um magnífico defronte* (...)”.¹⁸

Francisco Ferreira da Silva, em “Apontamentos para a História da Administração da Diocese e da Organização do Seminário Liceu”, afirma que “(...) *a instancias de D. José I foi pedida ao Pontífice Bento XIV a mudança da Cathedral para ilha mais salubre o que effectivamente foi concedido pela Bulla Pater Misericordiarum de 29 de Maio de 1756 que não teve exequatur*”.¹⁹ O propósito era pois a transferência da Cátedra Episcopal de Santiago para Santo Antão, o que porém, nunca chegou a acontecer. Isto porque, ainda citando Ferreira da Silva, D. Frei Jacinto Valente, mal chegou à sua Diocese, abandonou a sede do bispado deixando arruinar inteiramente os paços episcopais em Santiago, facto que o Marquês do Pombal não perdoou, negando-se a dar o exequatur.

o ter determinado no seu testamento. Pedro Jacinto Valente viveu, pois em Santo Antão, 19 anos, sem nunca sair dela deixando arruinar completamente os Paços Episcopais na cidade da Ribeira Grande, ilha de Santiago.

¹⁸ BARCELOS, Cristiano José de Senna. Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Parte III. Praia. Ed. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2003. p. 44

¹⁹ SILVA, Francisco Ferreira da, Apontamentos para a História da Administração da Diocese e da Organização do Seminário Liceu. Lisboa. Tipografia Minerva Central. 1899. p. 39.

Não obstante, D. Frei Pedro Jacinto Valente fixa residência em Ribeira Grande de Santo Antão, “*contrariando a opinião dominante, escudada no preceito de direito canónico, segundo o qual o lugar do bispo é junto da catedral (...)*”²⁰.

Com a atitude deste prelado, a Igreja “*estabelece como um poder mais independente das autoridades civis e da sociedade santiaguense*”, mas ao mesmo tempo, no que diz respeito à hierarquia da Igreja, “*fraccionou a estrutura e poder eclesial em dois corpos, (...) bispo, radicado na ilha de Santo Antão, e cabido, cuja função e condição de existir era a assistência litúrgica, cerimonial e funcional à Sé Catedral, junto da qual permanece na Ribeira Grande (Santiago)*”²¹.

O facto é que, para Santo Antão, a situação em termos de assistência religiosa tendia a melhorar com a chegada deste bispo à ilha. D. Frei Jacinto encetou toda uma série de acções pastorais e jurisdicionais, através das quais pretendia tornar mais eficaz a acção da Igreja, zelando pelo desempenho do clero local e, acima de tudo, moralizar a sociedade de Santo Antão.

É neste sentido que, este bispo inicia uma série de visitas pastorais em Santo Antão e noutras ilhas do bispado, deixando “*capítulos de visita*”²² por essas ocasiões. Segundo Maria João Soares, “*D. Frei Pedro Jacinto Valente será um dos fundadores da legislação eclesiástica do bispado da Cabo Verde. Em Junho de 1755, quando efectuou uma visita pastoral à Igreja Matriz da Ribeira Grande em Santo Antão, que pretendia destinar para sede de Catedral, elaborou os habituais capítulos da visita, datados de 28 de Setembro, na forma de regulamentos sinodais de que o bispado carecia e que acabaram por constituir o regulamento de base do funcionamento da Diocese. Os trinta e dois capítulos destes estatutos representam uma das melhores sinopses sobre as práticas e comportamentos*

²⁰ SOARES, Maria João. A Igreja em Tempo de Mudança Política, Social e Cultural. In: História Geral de Cabo Verde. Vol. III. Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde. Lisboa/Praia. 2002. p. 398.

²¹ SOARES, Maria João. A Igreja em Tempo de Mudança Política, Social e Cultural. In. op. Cit., p. 397, 398.

²² As visitas pastorais ou visitas são uma das formas privilegiadas de exercício do poder episcopal, um dos mecanismos mais eficazes de implantação da Igreja no espaço e de fiscalizar essa actuação, nomeadamente através da produção de novos regulamentos jurídicos, os chamados capítulos de visita. Em Cabo Verde, vários bispos efectuaram visitas, quer a Santiago quer às ilhas periféricas, elaborando a esse propósito os referidos capítulos de visita que pretendiam corrigir os desvios observados, quer na disciplina do clero quer nas práticas espirituais dos fiéis. Idem. Ibidem. p. 399.

religiosos nascidos, criados e desenvolvidos em Cabo Verde ao longo de três séculos, sob iniciativa de uma sociedade e cultura popular crioula (...)”²³.

Com este regulamento o bispo não só tentava obrigar os párocos a respeitar a disciplina litúrgica, como também pretendia corrigir as práticas antigas enraizadas no seio da população da Ribeira Grande.

Podemos dizer que a ilha de Santo Antão e, particularmente a população da Ribeira Grande, muito ficou a ganhar com a fixação do bispo nesta ilha, pois, segundo consta D. Frei Jacinto irá centrar boa parte da sua actividade nas ilhas do Barlavento que necessitavam realmente de uma orgânica igual à que existia em Santiago e Fogo. É a partir da Ribeira Grande em Santo Antão que vai administrar e gerir toda a Diocese, ou seja, durante esses dezanove anos, Santo Antão é a capital do bispado.

Uma das suas principais actividades foi a construção de novas igrejas ou a substituição das ermidas já existentes, sobretudo nas ilhas do Barlavento. Em Ribeira Grande, lugar da sua fixação, era necessário um templo condigno. Foi assim que D. Frei Jacinto Valente mandou erigir uma grande Igreja, na antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário, fundada pelo donatário Francisco Santa Cruz e Orta,²⁴ na Vila da Ribeira Grande, segundo a planta da Sé Catedral da Ribeira Grande de Santiago.

Relativamente a esta construção, Nogueira Ferrão em “Estudos sobre a Ilha de Santo Antão” (1898), dizia o seguinte: “*A Villa da Ribeira Grande ufana-se, e com razão, por possuir a melhor, a mais vasta e a mais bem construída igreja da província de Cabo Verde, onde tem logar todos os annos a festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da freguezia, a que concorre grande parte da população da ilha*”.²⁵

Recorda-se que para a sua construção (de pedra e barro), o bispo obrigou o povo a trabalhar arduamente. Segundo consta, o bispo usava todos os expedientes possíveis para financiar a construção desta e doutras igrejas e capelas. A esse respeito Ferreira da Silva, faz a seguinte menção: “*D. Frei Pedro Jacinto Valente (...) para os moradores da ilha de Santo Antão dá*

²³ Idem. Ibidem. p. 399.

²⁴ ROCHA, Agostinho. A Ilha de Santo Antão e a fundação das suas igrejas. In: Terra Nova. Ano XV-161-Julho/Agosto. 1989. Mindelo.

²⁵ FERRÃO, Carlos Ribeiro Nogueira. Estudos sobre a Ilha de Santo Antão. Lisboa. Imprensa Nacional. 1898. p. 49.

*os mais completos preceitos de administração parochial, que para levar a efeito a edificação da igreja de Nossa Senhora do Rosário ia de manhã cedo com surrão as costas apanhar barro e pedra afim de estimular o povo que de boa vontade o acompanhava no seu intento.”*²⁶

Facto também constatado por Maria João Soares que passamos a citar: *“O bispo desinveste em Santiago e manda novamente vender, em Ribeira Grande ou em Lisboa, parte significativo do património da mitra, particularmente os ornamentos de prata. A este fundo financeiro junta os montantes das cômruas vencidas ou do pouco que, entretanto, lhe foi pago, mas, dado que toda esta quantia não era bastante, lança o imposto de uma pataca por casal sobre os moradores de Santo Antão, ao mesmo tempo que os compele a cortar madeiras e a trabalhar nas obras, (...)”*²⁷.

Edificou ainda na mesma Vila, as capelas de Nossa Senhora de Penha de França e de São Miguel, nos sítios de Penha de França e Tarrafal respectivamente. D. Valente não interessou somente ao culto, mas fundou também duas Irmandades: a de São Miguel das Almas e a de Santíssimo Sacramento, que no seu tempo eram a estrutura assistencial e promocional da igreja.

Analisando alguma documentação referente a construção da Igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário, concluímos que, levou-se um bom tempo até a celebração da primeira missa nessa Igreja. Segundo o Boletim Oficial nº 33/1872, no relatório geral das Obras Públicas da Província de Cabo Verde do segundo semestre de 1871 a 1872, o director das obras públicas dá conta da falta de rendimento da alfândega que obrigou a parar com as obras da Igreja, mas também afirma ter sido já autorizado um empréstimo, especialmente para essas obras. De seguida, o Boletim Oficial n.º 27/1873 diz ter a Câmara contraída um empréstimo de seis contos de reis para a construção da igreja matriz da Vila da Ribeira Grande. Levando ainda em conta o disposto no relatório de 1876 do Major de Engenharia e Director das Obras Públicas de Angola, que esteve de serviço em Santo Antão, e que afirma já ter despendido 14:000\$000 reis na construção da igreja matriz acrescentando que para os custeios contraiu-se um empréstimo de 7:000\$000 reis, a pedido dos negociantes da Ribeira

²⁶ SILVA, Francisco Ferreira da. Apontamentos para a História da administração da Diocese e da Organização do Seminário Liceu. Lisboa. Tipografia Minerva Central. 1899. p. 37.

²⁷ SOARES, Maria João. A Igreja em Tempo de Mudança Política, Social e Cultural In. op. cit., p. 404.

Grande, seremos forçados a admitir que ainda nos finais do século de novecentos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário não estava plenamente consolidada. Finalmente, no B.O. n.º 21/1880, aparece um ofício do então director de obras públicas, Sousa e Faro, anunciando a conclusão da obra de construção da igreja matriz de Santo Antão. E, no relatório do Administrador do Concelho, João Simões Afra, datado de 1881, diz existir na Vila: “... *uma bella egreja de construção moderna, tendo ali celebrado a primeira função religiosa no dia 27 de Maio do ano findo*”. Por essa altura, nos dá conta Francisco Ferreira da Silva (1889), que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Santo Antão é uma das melhores do bispado pelas suas dimensões e disposição dos seus altares, construída entre os anos 70 a 75 e que teria custado 20:000\$000 reis.²⁸

Pelo exposto podemos concluir que a construção da actual Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi iniciativa do Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente que a mandou construir para servir de Sé Catedral para onde queria transferir a sede da Diocese de Cabo Verde, pese embora o embrião dessa Igreja ter sido muito mais antigo como tivemos oportunidade de constatar anteriormente.

É de salientar ainda o esforço de vários sacerdotes no cumprimento da sua acção pastoral que muito contribuíram para a afirmação da Igreja Católica em Ribeira Grande de Santo Antão. A semelhança do que aconteceu nas restantes ilhas, a Igreja em Ribeira Grande esteve também muitas vezes sem pároco, sendo assistida nessas alturas por padres visitantes. Essas vacaturas provocadas por motivos vários em toda a Diocese, não impediu a vitalidade e o fortalecimento da vida espiritual dessa população.

Apresentado que foi o evoluir histórico desta Instituição, passaremos nas páginas que se seguem, a analisar, num contexto mais teórico, a Padroeira com a qual fora baptizada a Igreja Católica na Povoação de Ribeira Grande, Nossa Senhora do Rosário.

²⁸ SILVA, Francisco Ferreira da. Apontamentos para a História da Administração da Diocese e da Organização do Seminário Liceu. In. op. cit. p. 109

CAPÍTULO II

A Imagem de Nossa Senhora do Rosário: Algumas Reflexões

Ao longo de séculos, o aspecto visual das imagens constituiu, na devoção cristã, um motor de fascínio e encanto. A Igreja, consciente ou inconscientemente, foi concebendo um conjunto de valores que materializou, entre outros aspectos, em esculturas que continuam ainda hoje a ensinar, a cativar e a convencer. “A vida é inseparável da crença” e ontem como hoje, o homem transfere a sua vida terrena para o mundo imaterial das divindades. Na religião popular, que não é algo necessariamente associado a uma classe social, económica e culturalmente pobre, mas a um tipo de cultura que se transmite nas relações de vizinhança e na memória colectiva, o culto dos Santos e de Maria são particularmente eficazes, é certo que na defesa de dogmas e na propaganda de devoções, mas também na identificação pessoal e colectiva de problemas, modos de vida e sensibilidades²⁹.

É nosso propósito, neste capítulo, analisar alguns aspectos relacionados com a imagem que deu nome a Igreja Católica na Povoação da Ribeira Grande e a própria freguesia.

Ora a devoção à Maria, “*Mãe de Deus*” foi sempre uma das notas mais características da vida cristã, em geral, e dos portugueses em particular. A história do Cristianismo e da Igreja não se pode fazer sem a história do culto de Maria. No entanto, não existe uma biografia da

²⁹ RIBEIRO, José Manuel. Significado e função das imagens. Lisboa. 2003. pp. 13-14

Virgem de Nazaré, de nome *Maria*, em grego e latim, e *Miriam*, em hebraico. O que encontramos são factos associados a uma interpretação da fé que muitas vezes não centra directamente sobre Maria, mas sim fala dela em função de seu Filho Jesus. Entretanto o pouco que as Escrituras nos dizem manifesta o essencial de sua vida: uma mulher do povo, simples e pobre mas inseparável de Cristo e da sua Igreja. É desta forma que vamos encontrar a devoção a Nossa Senhora, ao longo da vida dos cristãos, em todas as paragens, onde a cristandade se implantou.

Relativamente a Cabo Verde, partindo do pressuposto que os povos dominantes impunham as suas práticas religiosas aos povos dominados, temos de aceitar que, a devoção à Nossa Senhora do Rosário, foi um legado dos portugueses às ilhas de Cabo Verde³⁰. A designação Nossa Senhora do Rosário atribuída à Igreja na Povoação da Ribeira Grande, provavelmente, prende-se com o facto do donatário da ilha, D. Francisco de Mascarenhas, ser devoto de Nossa Senhora do Rosário.

*“Maria é, desde os tempos mais antigos, honrada com o título de “Mãe de Deus”, e sob a sua protecção se acolhem os fiéis, em todos os perigos e necessidades. Foi sobretudo a partir do Concílio do Éfeso que o culto do Povo de Deus para com Maria cresceu admiravelmente, na veneração e amor, na invocação e na imitação (...)”.*³¹

Não é nossa intenção abordar aqui toda a doutrina acerca do papel de Maria e do lugar que ela ocupa na Igreja depois de Cristo. Porém, alguns aspectos parecem-nos pertinentes assinalar. Segundo opinam vários teóricos que estudam esta matéria, não existem documentos que nos permitem descobrir a devoção do Rosário para além do século XII. A propagação desta forma de oração, *“que se tornou a mais popular devoção da cristandade”*³² é atribuída a São Domingos e a sua Ordem. Assim, esta devoção apareceu no Sul da França, em finais do séc. XII com a Ordem Dominicana. Segundo nos conta Mário D’ Oliveira Figueiredo, a História do Rosário começou quando *“os hereges*

³⁰ Em Cabo Verde, o culto de Nossa Senhora do Rosário não se restringe apenas à Povoação da Ribeira Grande. A primeira Igreja de Cabo Verde na antiga Cidade da Ribeira Grande de Santiago foi designada de N^a. Sr^a. do Rosário. Também vamos encontrar a mesma designação noutras ilhas nomeadamente para a Igreja Católica em S. Nicolau.

³¹ Organização de BAPTISTA, F. de Sales, S.J. Maria nos Documentos actuais da Igreja. Vaticano II. Paulo VI. João Paulo II. Editorial A. O. Braga. s/d. p. 26.

³² FIGUEIREDO, Mário D’Oliveira. O Rosário pela Bíblia. Colecção Bíblica N^o5. União Gráfica. Lisboa. s/d. p. 9

*albigenses*³³ encheram de seus perniciosos erros o Meio-dia da França e outros países do mundo latino, e levando adiante o terror das suas armas, ameaçaram estender por toda a parte o seu domínio com o extermínio e a morte”.³⁴

Segundo o mesmo autor, depressa aumentou o número de adeptos, cuja violência se manifestava pelo incêndio das igrejas, pelo saque das cidades e pelo assassinio de gente pacífica, só porque recusavam aceitar a sua seita. Foi então que, “*contra tão terríveis inimigos, S. Domingos, pela integridade da sua doutrina, pelo exemplo das suas virtudes e seus trabalhos apostólicos, empreendeu com ânimo varonil a luta pela Igreja Católica, não com a violência nem com armas, mas fiado na súplica que com o nome de Santo Rosário de Maria foi o primeiro a instituir e quer por si, quer pelos seus filhos, espalhou ao longe e ao largo*”.³⁵ Por estas descrições, podemos deduzir que S. Domingos terá pedido auxílio à Nossa Senhora através da oração do Rosário.

Mais tarde, por volta de 1571, um novo acontecimento ocorrido no Pontificado de Pio V, veio dar a esta devoção um incremento extraordinário. Foi a vitória dos cristãos sobre os turcos, em Lepanto, no dia 7 de Outubro do mesmo ano. “*Os Turcos Otomanos, depois do cerco e queda de Constantinopla em 1453, o fim da Idade Média, e das conquistas de Sulcima (1494- 1566), estavam às portas da Europa. Esta encontrava-se dividida nas terríveis guerras entre católicos e protestantes. Pio V apela à cruzada de oração do Rosário. Em resposta houve um intenso movimento de oração em toda a Europa. A 7 de Outubro de 1571, a frota Ocidental, comandada por D. João de Áustria, obteve uma retumbante vitória sobre os turcos na batalha naval de Lepanto, ao largo da Grécia.*”³⁶

Dois anos depois, em 1573, para comemorar esta vitória, o Papa Gregório XIII publicou a Bula “Monet Apostolus” onde instituiu a festa de Nossa Senhora do Rosário como passou a ser chamada, e que deveria ser celebrada no primeiro domingo de Outubro.³⁷

Só no século XVII com o Papa Pio X é que passou para o dia 7 do mesmo mês.³⁸

³³ Albigenses, membros de uma seita religiosa originária em Albi, no Sul da França, contra os quais foi organizada uma cruzada no séc. XII. – Dicionário. Didáctica Editora.

³⁴ FIGUEIREDO, Mário D’Oliveira. In. op. cit. p. 9.

³⁵ Idem. Ibidem.

³⁶ AZEVEDO, Hugo de, Celebração Litúrgica. Revista de Liturgia e Pastoral. (2002/2003). Edições Licel-Braga. S/d. p. 1171.

³⁷ O dia da vitória de Lepanto, 7 de Outubro de 1571, tinha sido um domingo.

Actualmente, na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário em Ribeira Grande, a festa não é celebrada no dia 7 de Outubro, mas sim no domingo mais próximo de 7 de Outubro, podendo ser o primeiro ou segundo domingo.

Relativamente ao Rosário, o Terço de Nossa Senhora, dizer que é pelo significado do seu nome, um colar de rosas.³⁹ *“Em tempos remotos havia o costume de oferecer a pessoas de distinção, coroas de rosas, em sinal de estima. Daí terá vindo o costume de oferecer a Nossa Senhora açafates de flores e rosários de orações.”*⁴⁰

O uso do Rosário não se restringe apenas aos cristãos. Além do utilizado pelos cristãos, muitos povos antigos já usavam o Rosário como meio de auxiliar a memória, na contagem das orações que faziam aos seus deuses. Entre os católicos, o Rosário tem 150 contas, cuja origem do número terá vindo do facto de *“os antigo ascetas rezarem, integralmente, os 150 Salmos da Sagrada Escritura, e os outros religioso analfabetos rezarem, em vez dos Salmos, 150 Padre-Nossos”*⁴¹. Com o passar do tempo os 150 Pai-Nossos passaram para 150 Avé-Maria, agrupadas em 15 dezenas, separadas por Pai-Nossos. Depois do Concílio de Trento (1545-1563), a prática do Rosário tornou-se mais acessível, permitindo que se limitasse a recitação apenas de cinquenta Ave-Marias (Terço) de cada vez, tornando-se assim a oração comum a todas as famílias cristãs.

³⁸ REIS, Jacinto dos, Invocações de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e Além-mar e seu Padroado. Lisboa. 1967. p. 521-522.

³⁹ FIGUEIREDO, Mário D'Oliveira. In. op. cit. p. 11.

⁴⁰ REIS, Jacinto dos. In. op. cit. p. 520.

⁴¹ Idem. Ibidem. p. 521

CAPÍTULO III

A Igreja Católica na Sociedade Santantonense

Em Santo Antão, a semelhança do que aconteceu em outras ilhas do país, nomeadamente as de Santiago e Fogo, a sociedade nasceu já dicotómica. Uma sociedade escravocrata, onde os negros africanos eram os elementos majoritários e os brancos europeus o grupo dominante. Nessas circunstâncias, instituições como a Igreja marcaram uma presença importante. Em sociedades como essas, os brancos europeus que na sua maior parte, eram imigrantes⁴² voluntários que continuaram com vínculos ligados a sua pátria, a sua cultura e aos seus ancestrais, trouxeram consigo os seus bens materiais e espirituais (igreja, religião, oficiais eclesiásticos)⁴³, constituindo, deste modo, a elite dominante possuidora de todo o poder. Consequentemente acabaram por impor a sua cultura. Em contrapartida, os escravos

⁴² “Em princípio, todos os homens de Cabo Verde tinham ali chegado como resultado de imigração voluntária ou forçada. No primeiro caso, os indivíduos saíam do seu país natal europeu, mantinham activas as relações e empenhavam-se em acautelar o seu vínculo de cidadãos e vassalos fiéis d’ el Rei. (...) No caso da imigração forçada dos escravos africanos, verifica-se o despojamento e o corte abrupto com o espaço, os antepassados, a linhagem, a cultura espiritual e material. Os europeus preservavam com relativa facilidade o cordão umbilical que os ligava às origens, através dos laços sociais, dos bens materiais e espirituais. Levaram consigo a religião, mas também a Igreja, os seus ministros e vocação missionária”. SANTOS, Maria Emília e SOARES, Maria João. Igreja, Missionação e Sociedade. In: SANTOS, Maria Emília (coordenação). In. Op. cit. p. 453, 454.

⁴³ “Os primeiros povoadores reinóis, que vão impor na nova sociedade insular em formação o seu corpus de crenças e práticas religiosas tradicionais, traziam consigo nas suas embarcações, ainda a título pessoal, ministros do sagrado, que assegurariam a satisfação das suas necessidades espirituais no espaço recém-descoberto”. Cf. SANTOS, Maria Emília e SOARES, Maria João. Igreja, Missionação e Sociedade. In: SANTOS, Maria Emília (coordenação). In op cit. p. 375.

africanos desenraizados das suas terras, foram obrigados a assimilar e a valorizar a cultura de outrem, nesse caso dos brancos europeus, o que se traduziu na assimilação nomeadamente dos valores da cristandade.

Sendo a religião dos senhores europeus a Católica, tinha que ser oficial e professada em público. Era a única que possuía uma estrutura organizada e oficialmente aceite pelos grupos detentores de poder⁴⁴. Contudo, é também de realçar o facto de ter permanecido certas crenças africanas. *“A doutrina católica ensinada de forma embrionária aos escravos, foi sendo transmitida à laia de tradição oral e assimilada, em certa medida, às práticas religiosas africanas. Na medida em que a religião em África é vivida colectivamente, os escravos assimilaram fundamentalmente da religião católica as práticas celebradas em comum, como as ladainhas, as vésperas, as procissões. Este facto, aliado à insuficiente cobertura religiosa que se verificou durante séculos, permitiu que a religião católica continuasse permeada pelo animismo dos africanos Daí que, embora tendo adoptado, por força das circunstâncias, a religião do seu senhor, o africano nas nossas ilhas a tenha moldado à sua maneira. Daí que, a par da missa, se celebre de forma pagã, com tambor e torno, ou com tambor e colá, algumas festa de carácter religioso.”*⁴⁵

É ali que residia a acção pastoral da Igreja Católica dedicando todo o seu esforço aos cuidados das almas, preparando-as para a vida eterna, combatendo contra as práticas culturais/religiosas, que os jesuítas designavam de “feitiçarias, agouros, grandes superstições e enganos do diabo”⁴⁶

Não obstante medidas empreendedoras, a verdade é que a acção dos missionários não foi suficiente para calar a voz do sangue e da tradição tão forte nas sociedades africanas. Aspecto que terá constituído uma preocupação da Igreja. É o padre António Brásio quem nos remete para esta leitura quando, em referência as gentes das ilhas afirma ser *“gente dócil e simples, mas em que as reminiscências da indolência, da sensibilidade, da*

⁴⁴ “ A religião católica era a fê professada pelo senhor, pelo homem poderoso, pelo poder.” SANTOS, Maria Emília e SOARES, Maria João. Igreja, Missionação e Sociedade. In: SANTOS, Maria Emília (coordenação). In op cit. p. 455.

⁴⁵ DUARTE, Dulce Almada. Identidade cultural caboverdiana. In: Revista Pré-textos. Número Especial. Junho 1994.

⁴⁶ SANTOS, Maria Emília e SOARES, Maria João. Igreja, Missionação e Sociedade. In: SANTOS, Maria Emília (coordenação). In op cit. p. 467.

embriaguez, da dança, da poligamia africanas não conseguiram ainda, apesar da sua religiosidade e bondade inatas, diluir-se ou deixar-se assimilar totalmente pela portuguesa e cristã”⁴⁷.

Não é, pois, de estranhar, o facto de em Santo Antão, ilha com tradições bastante enraizadas, ainda hoje ser visível a marca das tradições e dos valores do continente africano, nomeadamente no que se respeita a crenças que marcam profundamente a mundividência das suas gentes.

Nessas circunstâncias, temos de admitir que, para que a Igreja Católica pudesse fazer valer os seus valores e exercer o seu impacto nessa sociedade, teria de procurar estratégias no sentido de deixar a sua marca nos diferentes sectores da vida social. Se calhar, não é por acaso que desde o século XVI, a acção da Igreja nesta ilha é mais expressiva em comparação com outras ilhas do norte. É o que podemos constatar partindo da afirmação do investigador português, Gonçalves Nuno da Silva quando diz que *“em 1595, julgava-se já necessária a presença permanente de um sacerdote na ilha de S. Nicolau, como entretanto se tinha feito em Santo Antão”*⁴⁸.

Talvez o objectivo tenha sido conseguido se dermos crédito a afirmação de António Carreira quando diz que *“os habitantes desta ilha eram quase como rebeldes. Porém, a assistência que fez nela o Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, perto de 20 anos, os deixou bastante domados e disciplinados, com boa educação.”*⁴⁹

É assim que, a Igreja Católica, desde o princípio do povoamento das ilhas de Cabo Verde, iniciou a sua missão ainda que informal e individualizada⁵⁰. Os primeiros povoadores reinóis trouxeram consigo as suas crenças e práticas religiosas, igualmente, alguns dos ministros do sagrado para satisfazer as suas necessidades espirituais, objectos sagrados

⁴⁷ BRASIO, António. Descobrimento/Povoamento/Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde. Separata da Revista Studia. Nº10. 1962. p. 38.

⁴⁸ SILVA, Gonçalves Nuno da. Os Jesuítas e a sua Missão em Cabo Verde (1604-1642). Brotéria. Lisboa. 1996. p. 57.

⁴⁹ CARREIRA, António- Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde. Lisboa. Instituto Caboverdiano do Livro. 1985. p. 35.

⁵⁰ Não podemos esquecer que os primeiros missionários enviados para Cabo Verde foram Frei Rogério e Frei Jaime, naturais de Catalunha e Franciscanos do convento de São Bernardino de Autoguia, em 1466. Esta fixação do clero era provisória e individualizada. Foi em 1473 que a Ordem de Cristo enviou um clérigo, o dominicano Frei João, como representante da autoridade espiritual da Ordem.

como cruzeiros e preocupavam com a construção de ermidas ou capelas.⁵¹ Estes modos de viver a cultura, especialmente a religião, à moda europeia, com o tempo, através das relações que o clero mantinha com os dois grandes grupos sociais em presença, os senhores e os escravos, viriam a ser um modelo imposto pelos grupos dominantes (os senhores brancos) aos grupos dominados (os escravos), tornando assim um legado para a geração vindoura.

Ainda hoje a religião católica é praticada pela maioria dos caboverdianos, pese embora os valores da cristandade nem sempre são acatados na sua plenitude. Disso é fácil perceber empiricamente, mas também por constatações encontradas em vários estudos sobre esta matéria, nomeadamente a Enciclopédia Sociológica Contemporânea que num dos seus articulados diz o seguinte: *"A celebração religiosa das grandes épocas da vida (nascimento, casamento, falecimento) continua generalizada pelo baptismo, os funerais religiosos, que se inscrevem nas tradições deste país. Muitas outras práticas religiosas, frequentemente ligadas ao folclore simultaneamente cultural e religioso, permanecem vivas (peregrinações, procissões, devoções aos santos). As festas aos "patronos" (santos padroeiros de uma localidade) assim como o culto dos defuntos são sempre celebradas religiosamente com uma unanimidade (...). Estas práticas devocionais são a expressão de uma religião popular persistente. O culto "festivo" (grandes celebrações religiosas como o Natal, a Páscoa) é praticado mais do que o culto dominical e menos do que as celebrações sazonais (baptismo, funerais)."*⁵²

Santo Antão não foge a regra. A leitura da documentação disponível referente aos primórdios da sua ocupação, permite-nos constatar que as relações com o poder instituído pela cristandade eram as mais intensas, particularmente quando ocorria a celebração das missas aos domingos, as festas e dias de guarda, a administração de sacramentos e o ensino da doutrina cristã. A população da ilha é geralmente muito respeitadora da sua religião, e concorrem todos para que as celebrações das festas paroquiais se façam sempre com a maior pompa.

⁵¹ Sobre esse assunto mandar conferir SANTOS, Maria Emília e SOARES, Maria João. Igreja, Missionação e Sociedade. In: SANTOS, Maria Emília (coordenação). In op cit. p. 375.

⁵² LUCHINI, Albin – Ideologias, Crenças Religiosas e Instituições. In: Enciclopédia Sociológica Contemporânea. AKOUN, André e Vários. Vol. II. Librarie Larousse. Paris. Rés-Editora. Porto. pp. 227-228.

As pessoas são baptizadas logo a nascença, mas a vida cristã limita-se, muitas vezes, à recepção do baptismo, a certas práticas de piedade mais ou menos supersticiosas e ao enterro religioso. Das muitas crianças baptizadas a nascença, a grande maioria não chegava ao casamento religioso. Basta dizer que a vida marital era, na generalidade, à margem das leis da Igreja. Mas a catequese, a pastoral juvenil, a pastoral da família e os organismos paroquiais muito têm contribuído para uma maior formação familiar de forma a preservar os valores fundamentais.

Segundo Agostinho Rocha, em Santo Antão “*A moral é esplêndida quer na acção quer nas suas lições e é inspirada nos Evangelhos, pregados com amor e interesse pela Igreja construtiva*”⁵³

Efectivamente, a actuação da Igreja não se recaía apenas no espaço urbano, onde se concentrava a grande parte da população, mas também nota-se uma grande preocupação com as localidades mais distantes e dispersas procurando incutir uma maior consciencialização e vivência cristã aos leigos. Por outro lado, e é também de dizer que nesses espaços, a Igreja não tinha apenas um papel religioso, porquanto a sua actuação também recaía sobre outros sectores da vida social, particularmente no domínio do ensino.

Relativamente a Santo Antão, é o que podemos constatar, partindo da análise de alguma documentação que realça o papel dos párocos neste sector. Por exemplo, numa nota emanada pela Secretaria-geral do Governo, datada de 1883, refere a ocupação do pároco Eduardo Augusto Rodrigues no domínio do ensino na Escola Municipal da Vila⁵⁴. Agostinho Rocha diz mesmo que “*o período mais brilhante do séc. XIX na instrução, isto é, aquele que preparou homens para a vida ocorre com o aparecimento do Padre Eduardo Augusto Rodrigues (...)*”⁵⁵ O mesmo autor ainda diz que embora houvesse uma “*acentuada propensão para a cultura*” na ilha, a escola começou já bastante tarde e, o seu impulso deve-se à Igreja, “*onde os padres ensinavam e os bispos se dirigiam aos monarcas em*

⁵³ ROCHA, Agostinho. Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão (1462-1983). Edição Autor, Patrocínio do Ministério da Educação. 1990. p. 130.

⁵⁴ Correspondência recebida do Governo Eclesiástico da Diocese de Cabo Verde. Janeiro – Dezembro. 1883. In: Repertório Numérico Simples do fundo arquivístico. SGG. Cx. 526. AHN. Praia.

⁵⁵ ROCHA, Agostinho, In: op. cit. p. 80.

*relatórios constantes, pedindo instrução para uma população capaz, inteligente e sedenta de escolaridade”*⁵⁶

De igual modo, constata-se que na quase ausência de instituições da administração pública civil, era o cura da freguesia o gestor da vida comunitária, funcionando como a única instituição de registo das freguesias. Além da questão religiosa, ocupavam-se de: registo cartoriais; actividades lúdicas e educacionais; controlo social; a gestão dos conflitos de classe, entre outras.

Terminaremos, portanto, dizendo que a presença da Igreja Católica no solo santantonense foi e é bastante expressiva, marcando de forma evidente a mundividência das suas gentes. Embora saibamos que o catolicismo marcou fortemente a psique do homem caboverdiano em todas as ilhas, sabemos que em algumas ilhas nomeadamente a de Santo Antão, este facto é mais evidente, ainda hoje.

Assim, nesta ilha onde a vida é particularmente dura, a Igreja, diz-nos Frederico Cerrone, *“soube ser companheira e formadora de um tipo humano varonil e lutador, que não recua perante os problemas que se lhe deparam na vida”*⁵⁷.

Esperemos que tal atitude do santantonense venha manter neste sentido, numa altura em que se assiste um pouco por todo o lado, e naturalmente também em Santo Antão, sintomas de alguma crise de valores. Oxalá a Igreja Católica venha a ter, como teve no passado, um papel importante na formação e no resgate de alguns valores que continuam importantes à geração do século XXI.

Posto isso tentaremos, nas linhas que se segue, analisar o caso concreto do impacto da Igreja Católica no concelho da Ribeira Grande.

⁵⁶ ROCHA, Agostinho. In: op. cit. p. 127.

⁵⁷ CERRONE, Frederico- História da Igreja em Cabo Verde(Subsídios). Mindelo. 1983. p. 65.

3.1 Impacto da Igreja sobre a comunidade da Ribeira Grande

No que se refere a acção da Igreja nos primeiros tempos da sua instalação na Ribeira Grande, como já referimos, pouco ou nada se sabe senão a sua tradicional função evangelizadora, na integração do quadro social aonde se tece e se desenrola a vida quotidiana com especial destaque para o nascimento, o baptismo, a festa da padroeira, entre outros eventos.

Porém, no quadro do contexto geral sabe-se que a função da Igreja Católica em Ribeira Grande extravasa o domínio religioso. Ela exerceu e continua a exercer grande influência na estruturação da comunidade da Ribeira Grande, quer do ponto de vista religioso, quer social e cultural. Aliás é por esta razão que a Igreja se encontra dividida em Paróquias de Freguesias, justificando a sua proximidade da comunidade, assegurando uma presença visível e um maior dinamismo apostólico.

Este dinamismo começou, provavelmente, desde muito cedo, apesar da cobertura religiosa na ilha nem sempre ter sido total. Como se sabe, muitas Paróquias chegavam a ficar muito tempo sem padre por fim da missão deste ou por morte, pelo facto da Diocese não ter padres suficientes para efectuar a substituição de imediato. Contudo isto não terá afectado a propagação da fé na ilha e particularmente no concelho da Ribeira Grande, pois, de lá saíram muitos jovens que se enveredaram para a vida religiosa, testemunhando assim o impacto da igreja. O Pe. António Brásio na sua obra, *História e Missiologia*⁵⁸ nos cita alguns nomes de jovens naturais de Santo Antão que se formaram no Seminário-Liceu de São Nicolau. É o caso do Pe. Mateus António Monteiro, ordenado em 1879; Pe. Joaquim António Morais, ordenado em 1882; Pe. José António dos Santos, 1886; Pe. Vicente Manuel Silva, 1886; Pe. Francisco António Ramos, 1888; Pe. António da Costa Teixeira, 1890; Pe. Miguel António Monteiro, 1893; Pe. Antão Manuel de Oliveira, 1895, entre tantos outros.

Se é verdade que para Santo Antão, regra geral, os párocos eram provenientes de outras paragens, nomeadamente da metrópole e das outras possessões ultramarinas, também é

⁵⁸ BRÁSIO, António. História e Missiologia. Instituto de Investigação Científica de Angola. Luanda. 1973. p. 922, 923, 924.

verdade que na própria ilha destacaram-se algumas figuras cuja contribuição na missão evangelizadora foi relevante. É o caso por exemplo, do Pe. Miguel António Monteiro, natural da Penha de França que, segundo consta, foi a New Bedford arrecadar ajudas para a população da ilha num período de fome, o mesmo acontecendo com o Pe. Joaquim António de Moraes, filho de Santo Antão e pároco da freguesia de Santo António das Pombas que, para além da sua missão religiosa, exerceu a da educação, formando homens como Januário Leite, por exemplo.

Assim sendo, podemos afirmar que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário vem demonstrando bastante vitalidade. Nos últimos tempos, sobretudo desde a década de 70, chegaram à zona Norte de Santo Antão quatro sacerdotes missionários da Arquidiocese de Goa (Índia) para dar cobertura as Paróquias de Santo António das Pombas, São Pedro Apóstolo, Nossa Senhora do Livramento e Nossa Senhora do Rosário. Com zelo e dedicação lançaram as bases duma Pastoral que os tempos exigiam: catequese infantil; Pastoral Juvenil dinâmica, capaz de motivar os jovens; Pastoral de Família com cursos de preparação dos noivos, reuniões de casais e celebrações litúrgicas bem participadas. Para ocupar os jovens nos tempos livres e ao mesmo tempo, orientá-los nos estudos, foi criado uma “sala de leitura” que servia para estudar, numa altura em que não havia nenhuma biblioteca em Ribeira Grande, e ainda para aulas de violão. Muitos jovens que por lá passaram aprenderam a música: a tocar e a cantar. Sendo a Residência Paroquial insuficiente para tantas actividades, construíram um novo Centro Paroquial amplo e funcional com quartos residenciais, salas de reuniões, salas de aula onde já funcionou o Ensino Preparatória que serviu a muitos jovens que não tivera acesso à Escola Pública e, um grande salão polivalente onde, entre outras actividades, é realizada a “Feira do Livro” na Ribeira Grande.

Em suma, o zelo conjugado dos Párocos, de todos os sacerdotes que aí trabalharam e trabalham e dos leigos empenhados tem fomentado o processo de desenvolvimento. A grande aposta da Igreja tem sido a Pastoral Juvenil e a Pastoral da Família no sentido de procurar preservar e fomentar os valores morais fundamentais nos jovens e na própria família.

De tudo isto se apercebe que é própria da missão da Igreja, para além da sua acção religiosa como baptismo, confirmação, casamento, orientar a sua acção para a vertente social.

Na actualidade, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário encontra-se estruturada do seguinte modo: o Conselho de Direcção Central, o Conselho Pastoral Paroquial, a Comissão Paroquial de Caritas e as suas antenas nas comunidades. Esses organismos são dirigidos pelo Pároco da freguesia e, constituídos pelos paroquianos e têm por função elaborar projectos e propostas que auxiliam na governação da Paróquia e na orientação dos grupos e de vários outros organismos paroquiais.

No campo social, a Igreja, através da Caritas Paroquial vem desenvolvendo diversas acções, não só actividades assistenciais mas também iniciativas e micro realizações de desenvolvimento como por exemplo: crédito gerador de rendimentos, formações em diversas áreas, como direito e cidadania, gestão da economia doméstica, direito da mulher, corte e costura etc. Também vem promovendo apoio às famílias mais carenciadas, distribuindo roupas e géneros alimentícios, numa primeira fase, para posteriormente, passar a acções de formação dando mais autonomia às pessoas e, actualmente alargou-se para a concessão de créditos. Além da acção da Caritas vários outros grupos religiosos têm se destacado nas acções sociais, como é o caso do Grupo João Paulo II da Ribeira Grande.

A título de exemplo, dizer que, neste momento a Paróquia tem um projecto agro-pecuária em curso, que visa explorar uma propriedade agrícola com o objectivo de motivar e servir de apoio de lançamento para a família. É contemplado ainda, neste projecto, a construção de uma pousada juvenil explorada pelos jovens, que terá uma estalagem e uma área para a ocupação de jovens com problemas de droga e alcoolismo.

Portanto, existe um leque variado de funções que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário vem exercendo neste concelho, em prol da sua comunidade, sobre a qual a influência da Igreja é cada vez mais visível.

Conclusão

E chegamos à parte final da nossa exposição, que não é, porém, a menos difícil. Dada a natureza deste trabalho que, como se pode constatar não passa de um breve estudo de uma das instituições mais importantes do Santo Antão colonial, não nos afoitamos para grandes conclusões. Porém, conscientes de que todo o trabalho de estudo deve conter uma conclusão, que é sempre base para outras mais complexas, e possivelmente, mais acertadas, não queremos deixar de o fazer mesmo que em breves linhas.

Assim, foi-nos possível concluir que ainda é extremamente forte a presença da Igreja Católica em todo o arquipélago de Cabo Verde, pese embora existir outras formas de manifestação religiosa no país. Todavia é de ressaltar que vivendo numa sociedade bastante céptica quanto as questões religiosas, nos tempos actuais, essa presença tende a diminuir, sobretudo nos meios urbanos.

Na ilha de Santo Antão a presença desta instituição é secular, a sua manifestação social é sólida e o impacto sobre as suas gentes é bastante expressivo.

Ao propor este tema com o qual procuramos responder às exigências curriculares em curso no Instituto Superior de Educação como requisito parcial à obtenção do grau de bacharelato em Ensino de História, foi nosso objectivo analisar a presença e o impacto da Igreja Católica nesta ilha enfatizando o percurso histórico da sua evolução enquanto instituição, e o impacto que ao longo dos tempos foi exercendo sobre as gentes da ilha.

Atendendo que Ribeira Grande constitui o segundo maior concelho da ilha, com maior densidade populacional e cuja povoação é historicamente a mais antiga, propusemos destacar a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada no centro da mais antiga vila deste concelho, como um caso específico a analisar ao longo do nosso trabalho.

Relativamente a metodologia utilizada na feitura do texto, além de exploração de fontes sobre esta temática, procuramos analisar estudos de diferentes autores, caboverdianos e não caboverdianos, para que pudéssemos estabelecer uma comparação possível de metodologias.

Tentamos, na medida do possível, trazer para análise alguns aspectos mais pertinentes acerca desta instituição social secular em Cabo Verde e em Santo Antão em particular, que teve e tem um papel importante na comunidade cristã da Ribeira Grande. Infelizmente em muitos casos há informações que ficam sem a respectiva comprovação documental, entre outras razões, o facto de em meados do século XIX, ter ocorrido grandes tempestades de chuvas torrenciais que destruíram parte da povoação da Ribeira Grande, inclusivamente a Igreja com todos os seus recheios. Obviamente, muita documentação terá sido destruída o que nos impede de seguir todo o caminhar histórico desta Igreja.

Gostaríamos de terminar, dizendo que, como filha desta ilha e desta Igreja, comprometemos em continuar a estudar esta temática, em projectos mais alargados e de outra natureza, de forma a dar o nosso modesto contributo à Igreja Católica, à Santo Antão mas também, e acima de tudo, à historiografia caboverdiana.

Bibliografia

- AZEVEDO**, Hugo de – Celebração Litúrgica. Revista de Liturgia e Pastoral. (2002/2003). Edições Licel-Braga. S/d.
- Bíblia Sagrada**. 7ª Edição. Difusora Bíblica (Dicionários Capuchinhos). Lisboa. 1976
- BARCELOS**, Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Rios da Guiné. Parte I, II e III. Praia. Ed. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2003.
- BÉRENGER**, Jean. **CONTAMINE**, Philipe. **DURAND**, Yves. **RAPP**, Francis. – História Geral da Europa. Do começo do século XIV ao fim do século XVIII. Publicações Europa-América. 1996.
- BRÁSIO**, António – Descobrimento/Povoamento/Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde. Separata de Studia. Nº10. 1962.
- BRÁSIO**, António – História e Missiologia. Instituto de Investigação Científica de Angola. Luanda. 1973.
- BRÁSIO**, António – Monumenta Missionária Africana. África Ocidental. Vol. II/2ª Série. (1500-1569). e Vol. III/2ª Série. (1570-1600).
- CARREIRA**, António – Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde. Lisboa. Instituto Caboverdiano do Livro. 1985.
- CERRONE**, Frederico – História da Igreja de Cabo Verde: Subsídios. Mindelo. 1983
- DOMINGUES**, Ângela. Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento – A Igreja em Cabo Verde. In: Albuquerque, Luís de e Santos, Maria Emília Madeira (coordenação.); História Geral de Cabo Verde. Vol. I. Lisboa – Praia. Edição conjunta de Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Tropical e do Instituto Nacional de Investigação Cultural de Cabo Verde. 2001.

- FERRÃO**, Carlos Ribeiro Nogueira – Estudos sobre a Ilha de Santo Antão. Imprensa Nacional. Lisboa. 1898.
- FERRO**, Maria Haideé Ferreira – Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462-1900). Instituto da Promoção Cultural. Praia. 1998.
- FIGUEIREDO**, Mário D’ Oliveira – O Rosário pela Bíblia. Coleção Bíblica. Nº5. União Gráfica. Lisboa. S/d.
- GONÇALVES**, Nuno da Silva - Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642). Lisboa. Brotéria. 1996.
- LUCHINI**, Albin – Ideologias, crenças religiosas e instituição. In Enciclopédia Sociológica Contemporânea. Akoun, André e Vários. Vol. II. Librarie Larousse. Paris. Rés-Editora. Porto.
- MARQUES**, A. H. de Oliveira – História de Portugal. Vol. II. Editorial Presença. 1998.
- MATOS**, Artur Teodoro de – Santo Antão de Cabo Verde: Gente, Recursos e Organização do Poder nos séculos XVI e XVII. In História das Ilhas Atlânticas. Vol. II. Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Região Autónoma da Madeira. Funchal. 1997.
- PEREIRA**, Daniel António – Estudos da História de Cabo Verde. 2ª Edição. Alfa-Comunicações. Praia. 2005.
- REIS**, Jacinto dos – Invocações de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e Além-mar e seu Padroado. Lisboa. 1967.
- RIBEIRO**, José Manuel – Significado e Função das Imagens. Lisboa. 2003.
- ROCHA**, Agostinho – Subsídios para a História da ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462-1983). Edições do autor com o Patrocínio do Ministério de Educação. 1990.
- SANTOS**, Maria Emília Madeira e **SOARES**, Maria João – Igreja, Missionação e Sociedade. In SANTOS, Maria Emília (coordenação). História Geral de Cabo Verde. Vol. II. Lisboa. Centro de estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Cultural, Praia. 1995.
- SANTOS**, Maria Emília Madeira e **SOARES**, Maria João – Religião e Sociedade numa Cidade Colonial: A Ribeira Grande da ilha de Santiago. IN: Actas do II Congresso da História das Ilhas Atlânticas. Vol. II. Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional da Madeira. Funchal. 1997.

SERRÃO, Joel e **MARQUES**, A. H. de Oliveira – Nova História da Expansão Portuguesa. 1ª Edição. 1998.

SILVA, Francisco Ferreira da – Apontamentos para a História da Administração da Diocese e da Organização do Seminário-Liceu. Lisboa. Tipografia Minerva Central. 1899.

SOARES, Maria João – A Igreja em tempo de mudança Política, Social e Cultural. In História Geral de Cabo Verde. Vol. III. Instituto de Investigação Científica Tropical/ Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde. Lisboa/Praia. 2002.

Outras Referências

- Correspondência recebida do Governo Eclesiástico da Diocese de Cabo Verde. S.G.G. Janeiro – Dezembro. 1883. IAHN. Cx. 25, 525, 526 e 528.
- Relatório do Major de Engenharia e Director das Obras Públicas. IN: Boletim Oficial da Província de Cabo Verde (1876)
- Relatório do Administrador do Concelho, Simões Affra. IN: Boletim Oficial da Província de Cabo Verde (1881).
- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, nº 21 de 1880
- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, nº 27 de 1873
- Jornal Terra Nova, Ano XV – 161 – Julho/Agosto. 1989. Mindelo.
- Revista Pré – Textos. Número Especial. Junho de 1994.

ANEXOS

Anexo 1: Notícias referentes ao Pároco Eduardo Augusto Rodrigues, figura que além das suas atribuições enquanto Pároco, desempenhou outras, nomeadamente Professor da Escola Municipal da Ribeira Grande.

Fonte: Correspondência recebida do Governo Eclesiástico da Diocese de Cabo Verde. Janeiro – Dezembro de 1883. In: Repertório Numérico Simples do fundo arquivístico. SGG. Cx. 526. AHN. Praia.

Anexo 2: Informações emanadas da Legislação Oficial da Província de Cabo Verde
relativas a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: Boletim Oficial da Província de Cabo Verde n^{os} 27 (1873); 31(1873); 33 (1872); 43
(1872); 45 (1872).